

Acessibilidade no cinema e no audiovisual: o gênero cinematográfico como variável na audiodescrição¹

Samuel Marinho Rodrigues de Pontes²

Flávia Affonso Mayer³

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

Resumo

O presente estudo insere a acessibilidade de pessoas com deficiência no campo da Comunicação por meio da audiodescrição (AD), com foco na experiência do gênero cinematográfico. Buscou-se compreender quais elementos típicos do horror podem ser relevantes à produção de roteiros de AD. A partir de pesquisa bibliográfica sobre cinema e horror (Carreiro, 2019; Bordwell, 2013), propuseram-se categorias a serem preservadas na acessibilização ou consideradas na roteirização da AD. Como resultado, definiram-se categorias de análise do gênero cinematográfico, que podem potencializar a experiência fílmica e promover autonomia à audiência com deficiência visual.

Palavras-chave: Acessibilidade; Gênero Cinematográfico; Horror; Audiodescrição; Deficiência Visual.

Introdução

Apesar dos constantes avanços tecnológicos e da obrigatoriedade legal do uso de ferramentas de acessibilidade em produtos audiovisuais, as barreiras de acessibilidade são múltiplas e multifatoriais, e formam justamente as bases da concepção defendida sobretudo pelo *Modelo Social*⁴ de deficiência (Enfield; Harris, 2003). Deslocando-se da

¹Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho GT 02 - Cinema e Audiovisual e Interdisciplinaridade, evento integrante da programação do 25º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 26 a 28 de junho de 2025.

²Estudante de Graduação do Curso de Cinema e Audiovisual do DECOM-UFPB do nono período, e mail: ss.samuel127@gmail.com.

³Professora Doutora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (DECOM/UFPB) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (PPGC/UFPB). E-mail: flavia.mayer@academico.ufpb.br.

⁴Além do Modelo Social, Enfield e Harris (2003) analisam duas outras formas de entendimento da deficiência: o Modelo Caritativo, em que a deficiência é entendida como tragédia pessoal e digna de caridade, e do Modelo Médico, em que a deficiência é tida como uma patologia, algo que precisa ser curado. Há autores que também exploram outros modelos, como o Pós-Social, o Cultural e o Baseado em Direitos.

perspectiva estigmatizada e capacitista⁵ centrada nas características do indivíduo, o Modelo Social problematiza a forma como estamos organizados. Mais especificamente, entende a deficiência como resultado do modo como a sociedade está estruturada, a partir do conjunto de barreiras que o meio impõe ao desenvolvimento destes sujeitos. Nesta perspectiva, a "deficiência" está na porta estreita, na ausência de rampas e elevadores, na descrença na capacidade desses sujeitos e não nos atributos deles em si. O enfrentamento das barreiras de acessibilidade torna-se, então, um compromisso cívico-democrático para promoção e efetivação da cidadania, que deve ser garantida a todos.

Tendo como base o Modelo Social de deficiência, é de extrema relevância enquadrar os desafios técnicos, estéticos e filosóficos que envolvem a acessibilidade em uma lógica de direito à informação e à cultura e, por isso, como uma questão própria ao campo da Comunicação. Objetivando contribuir para a expansão desse cenário de discussão, o presente estudo investiga as possibilidades de produção da audiodescrição (AD) no audiovisual a partir do gênero cinematográfico. Adotando como foco o terror, investigamos as principais características deste gênero para propor categorias que possam auxiliar o audiodescritor a embasar seu julgamento no momento da criação do roteiro de AD.

Audiodescrição e o direito à comunicação

Gentilli (2002) argumenta que é por meio do acesso à informação e à comunicação que um indivíduo pode garantir a efetivação de seus direitos políticos, civis e sociais, instaurando e exercendo sua cidadania. Isso quer dizer que é pelo acesso a esses direitos que o cidadão poderá exercer sua autonomia e liberdade, formando suas próprias preferências particulares, fazendo suas escolhas e seus julgamentos. A audiodescrição atua justamente nesse sentido, tendo como principal objetivo acessibilizar as informações visuais ao público com deficiência visual – pessoas cegas ou com baixa visão (Naves et al; 2016). Sendo uma modalidade de tradução intersemiótica, no audiovisual ela é disponibilizada por meio de um canal de áudio extra, com uma narração que apresenta

Reconhecendo a relevância das discussões apresentadas por essas outras vertentes, adotamos no presente estudo o entendimento sobre deficiência estruturado a partir do Modelo Social. Isto se dá por ser ele o mais utilizado pelos movimentos de pessoas com deficiência, no Brasil e no mundo, e também pela ONU (2006).

⁵ Expressão que designa o preconceito em relação às pessoas com deficiência, baseando-se no estigma de que esses sujeitos possuem capacidades limitadas ou reduzidas, constituindo-se em uma pessoa automaticamente “menos capaz” (Marco, 2020).

informações visuais como a caracterização e as ações dos personagens, indicações de tempo e espaço.

Em relação ao processo de roteirização da AD no audiovisual, Costa e Frota (2011) indicam o seguinte processo de produção: o audiodescritor deverá assistir ao filme/produto audiovisual a ser acessibilizado e, caso tenha acesso, ler roteiro original da obra marcando cenas importantes e espaços de tempo para inserção da AD. Após a análise, elabora-se a primeira versão do roteiro, pautando-se pela sincronia das ações em tela com as informações da AD, dando especial atenção a possíveis sobreposições sonoras (diálogo, música e ruídos) que possam afetar a experiência do espectador. Depois, é recomendado testar o roteiro oralmente, para analisar se as ADs se encaixam no tempo estabelecido. Após isso, o roteiro deverá ser gravado por um narrador (voz profissional), editado e mixado ao áudio original do filme. Por último, a AD deve passar por uma revisão, verificando se efetivamente oferece acessibilidade para o público com deficiência visual.

Diante da discussão realizada, mostra-se importante destacar que não se pode implicar em um processo de tradução intersemiótica sem o conhecimento do produto de partida, dos parâmetros e variáveis de tradução, nem das características e especificidades do público com deficiência. E essa discussão, necessariamente, diz respeito ao campo da Comunicação. Por um lado, é preciso pensarmos nossos processos de produção em uma perspectiva de Modelo Social – ou seja, reduzindo das barreiras de acessibilidade nos produtos que produzimos –, e efetivamente adotarmos, enquanto área de estudos e campo profissional, uma postura comprometida e engajada na garantia do direito à informação e à cultura das pessoas com deficiência. Por outro lado, por sermos nós os produtores de conteúdo, estamos necessariamente implicados na identificação das variáveis a serem observadas pelo audiodescritor no produto de partida, de forma a garantir uma experiência mais autônoma e significativa para o público da AD. Como apresentado, destacamos no presente estudo o gênero cinematográfico como uma variável fundamental ao processo de roteirização da AD – mais especificamente, as características narrativas, temáticas e estéticas do gênero terror.

Gênero Cinematográfico e o terror

O gênero cinematográfico consiste em uma categoria de filmes que apresentam características narrativas, visuais, sonoras e estéticas semelhantes entre si (Nogueira, 2010). Proporcionando um capital hermenêutico seguro para o espectador, o gênero auxilia o público a escolher o filme que pretende assistir com um risco mínimo de engano, além de ajudar a interpretar os acontecimentos presentes na obra, já que apresentam certo padrão quanto às ideias fundamentais que veiculam e das situações que retratam. Isso significa dizer que o espectador vai ao cinema ciente que certos eventos genéricos estarão no filme que vai assistir. Essa expectativa torna tais eventos mais palpáveis e verossímeis para a interpretação do espectador.

Ainda que a discussão quanto ao gênero cinematográfico seja bem mais ampla e complexa do que a apresentada nesta breve discussão, é possível perceber o quanto ele é uma fonte de informações valiosas tanto para a equipe que irá criar o filme, quanto para o espectador e suas possíveis interpretações da obra. No que diz respeito a AD, conhecer o gênero cinematográfico pode permitir ao audiodescritor entender melhor as escolhas estéticas e as intenções do diretor em cada cena, acessibilizando a experiência do filme de forma mais completa. É preciso, desta maneira, determinar com mais clareza quais elementos são importantes dentro de um determinado gênero, e a quais deles devem ou não ser direcionados maior atenção na roteirização da AD.

De acordo com Kawin (2012), o terror vem de uma longa tradição que antecede o cinema, abrangendo desde a literatura clássica até a cultura popular contemporânea. Suas características marcantes possibilitam vasto capital para a equipe de criação e para a interpretação da audiência, questões essas centrais para a sua escolha em nossa análise. Algumas das mais reconhecidas características deste gênero são a incitação no público de arrepios ou estremecimento, susto, revolta, emoções dolorosas compostas de ódio e medo, repugnância, forte aversão misturada com pavor, sentimento de ansiedade por algo chocante, assustador, nauseante, terrível, indescritível ou repugnante (Kawin, 2012). E para incitar todos esses afetos, os filmes estão repletos de recursos visuais, sonoros e técnicos compondo uma mise-en-scène macabra e assustadora. Sendo o terror um gênero de características versáteis e marcantes, entender suas estratégias narrativas e os afetos que mobiliza são importantes chaves para que audiodescritores possam acessibilizar de forma mais completa a experiência da audiência com deficiência visual.

Categorias de análise do terror na roteirização da AD

As categorias (ou macrocategorias) e suas respectivas subcategorias são aqui entendidas como dimensões de análise fundamentais para o audiodescritor na roteirização da AD, ou ainda, pontos de atenção a serem observados no filme e considerados como variáveis da experiência do gênero terror, e que por isso o audiodescritor deve respeitar (não sobrepor) ou referenciar no roteiro de AD.

As mesmas foram desenvolvidas no âmbito do projeto de pesquisa e iniciação científica “Acessibilidade em produções audiovisuais e no cinema: análise e desenvolvimento de protocolos para a audiodescrição”, desenvolvido na Universidade Federal da Paraíba. A metodologia utilizada fundamentou-se na pesquisa bibliográfica, partindo principalmente do processo de interpretação proposto por Neale (2000), onde ele aponta que aspectos de um determinado gênero podem tornar os acontecimentos de um filme plausíveis e explicáveis, estando de acordo com as regras presentes no universo daquele gênero e não no universo real e palpável. Nos proporcionando entender como o processo de interpretação de um indivíduo a partir dos gêneros cinematográficos, podem vir a colaborar com a análise do produto audiovisual e consequentemente na construção do roteiro de audiodescrição.

Utilizamos também, teóricos como Bordwell (2013), que discorre sobre os elementos que compõem a cena e como os mesmos se comportam a partir da ótica do diretor. Martin (2005) e Tarkovski (1998), que respectivamente, discorrem sobre a cinematografia e a montagem, aspectos de grande importância para o entendimento da linguagem cinematográfica e como a mesma se comporta. E Opolski, Godoy e Carreiro (2018) que abordam o som do cinema, suas características e hierarquias. Isso nos proporciona entender a relevância de um aspecto que muitas vezes pode não ter o valor necessário reconhecido, tanto pelo público quanto pelos profissionais da área e que dentro do processo da audiodescrição se torna o aspecto mais relevante para proporcionar uma melhor experiência para os usuários da ferramenta cada vez mais. De uma forma resumida, podemos organizar as categorias propostas da seguinte forma:

Tabela 2: Categorias a serem consideradas pelo audiodescritor em filmes de terror

Som	Cinematografia	Mise-en-scène
Voz	Enquadramentos e ângulos	Cenografia
Efeitos sonoros	Movimentos de câmera	Objetos de cena
Música	Ritmo e corte	Iluminação
		Figurino
		Visagismo
		Gesto

Fonte: elaborado pelos autores.

Valendo-se dessas categorias, o audiodescritor poderá analisar com maior perícia como os elementos estão sendo mobilizados na produção fílmica, sobretudo para gerar medo e terror nos espectadores. Isso não significa necessariamente audiodescrever as imagens que estão em tela, mas também considerar em que medida a informação sonora (categoria som) deve ser preservada ou já oferece informações suficientes para a experiência da cena (ainda que possam ser complementadas pela informação imagética). Consequentemente, isso poderá contribuir para preservar as características do filme e tornar a acessibilização do produto mais imersiva, de maneira que os usuários da audiodescrição possam experimentar o gênero cinematográfico com mais autonomia.

Conclusão

A ampliação de oportunidades de acesso à informação e à cultura é um aspecto fundamental às democracias e uma condição para sociedades mais inclusivas. Enquanto campo de atuação profissional e de pesquisa, a Comunicação ainda tem um longo caminho a percorrer no que diz respeito à acessibilidade de pessoas com deficiência. Buscando contribuir com essas discussões, o presente estudo buscou entender como a audiodescrição pode se configurar como um catalisador para a experiência de gênero do espectador com deficiência visual, propondo categorias a serem observadas pelo audiodescritor.

Adotando como recorte o gênero horror, a pesquisa propõe três macro-categorias de análise no processo de acessibilização: Som (subdividindo-se em voz, efeitos sonoros e música); Cinematografia (subdividindo-se em enquadramentos, movimentos de câmera e ritmo e corte); E *Mise-en-scène* (subdividindo-se em cenografia, objetos de cena, iluminação, figurino, visagismo e gesto). Como desdobramento, mostra-se imperativo que tais categorias sejam testadas na produção de roteiros de audiodescrição, sobretudo os de terror, e que os audiodescritores sejam ouvidos em relação a produção de roteiros acessíveis a partir dessas categorias. E não menos importante, que a audiência com deficiência visual seja interpelada diante de audiodescrições produzidas considerando-se essas categorias. Ainda que o presente estudo seja preliminar, o esboço dessas categorias configura-se como uma das possibilidades de contribuição efetiva do campo da Comunicação para a inclusão de pessoas com deficiência. Além disso, acreditamos serem promissoras as discussões que envolvem acessibilidade e a experiência da audiência com deficiência visual, considerando os gêneros cinematográficos.

Referências

AUDIO DESCRIPTION COALITION. **Standards for áudio description and code of Professional conduct for describers:** based on the training and experience of áudio describers and trainers from across the United States. Audio Description Coalition, 2007. Disponível em: <http://audiodescriptioncoalition.org>. Acesso em 02/05/2015.

BORDWELL, D. Thompson, Kristin. **A Arte do Cinema:** uma introdução. Tradução: Roberta Gregoli. São Paulo: Edusp, 2013.

COSTA, L; FROTA, M. P. **Audiodescrição:** primeiros passos. Tradução em Revista, Rio de Janeiro, n. 11, 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18882/18882.PDF>. Acesso em 02/05/2025.

GENTILLI, V. O conceito de cidadania, origens históricas e bases conceituais: os vínculos com a Comunicação. In: **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 19, 2002.

JIMENEZ HURTADO, C. (ed.) **Traducción y acessibilidade:** Subtitulación para sordos y audiodescripción para ciegos – nuevas modalidades de traducción audiovisual. Frankfurt: Peter Lang, 2007.

INDEPENDENT TELEVISION COMMISSION. **Guidance on standards for audio description.** London, 2000. 35p. Disponível em: http://www.ofcom.org.uk/static/archive/itc/uploads/ITC_Guidance_On_Standards_for_Audio_Description.doc. Acesso em: 02/05/2025.

KAWIN, B. **Terror and the terror Film.** Anthem Film and Culture, 2012.

MARCO, V. **Capacitismo:** o mito da capacidade. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

MARSHALL, J.F. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

MARTIN, Marcel. **A Linguagem Cinematográfica.** 1. ed. Lisboa: Dinalivro, 2005.

NAVES, S. B; et all. **Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis.** Brasília: Ministério da Cultura/Secretaria do Audiovisual, 2016. Disponível em <https://grupoleaduece.blogspot.com/p/guia-para-producoes-audiovisuais.html>. Acesso em 02/05/2025.

NEALE, S.. Questions of Genre. In: STAM, R.; MILLER, T. **Film and Theory:** an anthology. Nova York: Blackwell Publishers. 2000.

NOGUEIRA, Luís. **Manuais de cinema II:** Gêneros Cinematográficos. Livros LabCom, 2010.

OPOLSKI, Débora; GODOY, João B. de S.; CARREIRO, Rodrigo. **O som do filme:** uma introdução. Curitiba: UFPR; UFPE, 2018.

TARKOVISKI, A. **Esculpir o tempo.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes. 1998